

INFLUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO CRÍTICA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA

Paulo Gabriel de Araújo Victorino¹; Dener Nascimento Savino²; Eliziane Jacqueline dos Santos³; Artur Alves de Oliveira Chagas⁴

1. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: paulo_gaabriel@hotmail.com
2. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: denersavino@outlook.com
3. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: elizianejacke@gmail.com
4. Professor Mestre da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: artur.chagas@umc.br

Áreas de conhecimento: **Psicologia Social; Psicologia Institucional.**

Palavras-chaves: Genealogia; relações de poder; reforma psiquiátrica.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a questão da loucura, pensando o louco seu lugar, sempre foi uma das temáticas de maior abordagem do filósofo francês Michel Foucault. Estudá-las, através da História, tentando compreender como se construíram essas percepções e discursos, mas, principalmente, de que modo se perpetuam até hoje, pode redirecionar a sociedade, e até mesmo a ciência, para um rompimento com os paradigmas herdados das gerações passadas. De acordo com Providello e Yasui (2013), Foucault declara que a ideia de loucura e o indivíduo louco são puramente constructos sociais. Partindo de um princípio de que a loucura não é um agente natural, mas uma criação dos próprios seres humanos, Foucault inicia um estudo sobre a história da loucura, para identificar suas manifestações em diversas épocas (PROVIDELLO, YASUI, 2013). Sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira, Simões, Fernandes e Aiello-Vaisberg (2013, p. 276) afirmam que “no que se refere especificamente ao campo do tratamento, a Reforma Psiquiátrica caracterizou-se pela desativação de grande parte dos hospitais psiquiátricos, com o objetivo de substituí-los por redes alternativas de atendimento em saúde mental”.

Há que se ressaltar, entretanto, que:

[...] a Reforma Psiquiátrica requer mudanças paradigmáticas consistentes e não apenas alterações pontuais no cuidado e na postura dos profissionais. É um processo que caminha entre avanços e retrocessos, o que pode dificultar a apreensão, por parte dos trabalhadores de saúde mental, do paradigma psicossocial e sua aplicação cotidiana com os usuários (SIMÕES, FERNANDES, AIELLO-VAISBERG, 2013, p. 276).

Quando a reflexão parte para o contexto das universidades, formadoras de futuros profissionais da saúde, dentre eles, os egressos de psicologia, questionar-nos se tais estudantes são capazes de perceber a influência latente do dispositivo que mantém o discurso da “loucura e o lugar da loucura” nas suas práticas profissionais, torna-se algo relevante. Sousa et al (2016, p. 529) afirmam que:

[...] as representações sociais elaboradas por estudantes universitários acerca do doente mental e da Reforma Psiquiátrica são valiosos instrumentos para se compreender onde estarão pautadas as práticas desses futuros profissionais, que atuarão na área da saúde mental, tendo em vista o novo modelo de assistência à saúde mental, preconizada pela Reforma Psiquiátrica.

O presente estudo propõe analisar os discursos de alunos de diferentes semestres do curso de Psicologia de uma universidade particular na região do Alto Tietê, buscando

identificar se, ao longo da graduação, os alunos desenvolvem um raciocínio crítico frente às temáticas sociais envolvendo a categoria, tal qual a Reforma Psiquiátrica, e se são capazes de concluir sua formação, livres ou pouco influenciados por concepções de senso comum.

METODOLOGIA

Para o levantamento teórico realizou-se a busca na plataforma CAPES utilizando os indicadores "reforma psiquiátrica" e "graduação em Psicologia". Obteve-se, inicialmente, 39 artigos. Os critérios de exclusão foram: 1) ano de publicação superior a cinco anos a partir de 2009 (limite de 2014), excluindo-se 25; 2) artigos que não se relacionavam com os objetivos da pesquisa, excluindo-se 12. Os dois artigos restantes eram partes de livros que abordavam as temáticas propostas pela pesquisa. Após levantamento teórico, foram distribuídos Termos de Consentimentos Livres e Esclarecidos para cerca de 30% de todas as turmas dos primeiros, quintos e décimos semestres do curso de Psicologia de uma universidade privada da região do Alto Tietê – SP, bem como questionários sociodemográficos e questionários específicos. O questionário específico foi composto por três questões abertas, cujas respostas foram agrupadas em categorias gerais e subcategorias, e três fechadas, cujas frequências das respostas foram medidas para que se calculassem suas porcentagens em relação ao total de respostas válidas obtidas por semestre.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 88 estudantes, sendo 34 dos primeiros semestres, 36 dos quintos e 18 dos décimos. Constatou-se que 84,09% dos participantes tinham idades de 18 a 30 anos, sendo 82,95% do sexo feminino, 78,41% de etnia caucasiana; 82,95% eram solteiros, 88,64% não possuíam formação superior anterior, 84,09% não possuíam filhos nem 97,33% possuíam netos; 53,41% da amostra possuíam residência própria, frente à 45,45% que não possuíam. Os dados apontaram que 92,05% dos participantes residem em espaços com até 5 pessoas, e 98,86% deles tinham acesso tanto à internet quanto à eletricidade, ao passo que 97,73% possuíam acesso à rede de água e de esgoto. A partir dos resultados obtidos para o levantamento teórico, presume-se que a produção científica abordando a Reforma Psiquiátrica e graduação em Psicologia não só tem sofrido escassez nos últimos cinco anos, como pouquíssima parte desta produção se detém, realmente, sobre a relação direta entre os dois tópicos. Os resultados obtidos a partir do questionário específico foram, a partir de maior frequência, os que seguem: 73% dos primeiros semestres consideraram a internação compulsória como positiva para os pacientes, ao passo que 39% e 33% dos quintos consideraram-na como maléfica. Quanto à decisão final da internação, 35% dos primeiros e 33% dos quintos consideraram que esta deveria ser tomada entre paciente, família e profissional(is) da saúde, enquanto que 22% dos décimos acreditaram que deveria ser uma decisão entre profissional(is) da saúde e família e os demais 22% que deveria ser uma decisão em que o(s) profissional(is) não deveria(m) dar a palavra final. Para 38% dos primeiros e 50% dos décimos, a efetividade das internações dependia de um fator específico ou inconclusivo, sendo que, para 26% dos primeiros e 28% dos décimos, elas eram efetivas, mas com ressalvas. Para 42% dos quintos semestres, elas não eram efetivas. Os dados mostraram, ainda, que 66,67% dos primeiros, 57,14% dos quintos e 76,47% dos décimos acreditavam que a opção de uma internação compulsória, acompanhada por outros profissionais de saúde, deveria ser considerada por um(a) profissional de Psicologia caso isso fosse proposto por uma equipe multidisciplinar. Evidenciaram também que 52,94% dos quintos e 68,75% dos décimos consideraram a loucura como uma construção social, enquanto 35,29% consideraram-na como um distúrbio psiquiátrico. Por fim, constatou-se que 66,67% dos décimos pensam que a sociedade considera o "louco" como um perigo, daí a necessidade de sua internação compulsória, enquanto 47,06% dos quintos e 50% dos primeiros a justificam porque promovem vigilância constante para os pacientes.

DISCUSSÃO

Uma vez que a Reforma Psiquiátrica demanda uma mudança de paradigmas dos profissionais de saúde mental, torna-se imprescindível compreender quais os desafios que as universidades enfrentam em virtude dessas mudanças enquanto suas formadoras. Sousa et. al (2016, p. 529) afirmam que as representações elaboradas por estudantes universitários acerca do doente mental e da Reforma Psiquiátrica são valiosos instrumentos para se compreender onde estarão pautadas as práticas desses futuros profissionais, que atuarão na área da saúde mental, tendo em vista o novo modelo de assistência à saúde mental, preconizada pela Reforma Psiquiátrica. É possível pensar, também, que a pouca produção científica sobre esta temática relacionada à sua propagação no ensino de Psicologia faz com que emergja o poder meticoloso que busca silenciar a resistência - e que está silenciando. Como consequência, o ambiente universitário, como consumidor de ciência, tende a ficar defasado neste quesito. À luz do que Foucault (1975/2015, p. 267-268) denomina genealogia, a saber, “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”, pode-se presumir que muitos dos pensamentos dos que ingressam no curso é composto por sentidos comuns, em especial o de que o tratamento por privação de liberdade é a melhor (e, talvez, a única) forma terapêutica de lidar com doenças mentais ou adicções, especialmente a de drogas ilícitas, dado que, segundo o mesmo autor, a solução se faz presente desde o século XIX (FOUCAULT, 1975/2015). Além do mais, pode-se supor que, diferente dos primeiros semestres, quando os quintos e os décimos consideram a internação compulsória como uma opção, o fazem de uma perspectiva diferente. Enquanto nos primeiros, o discurso que predominava era o de que as internações eram positivas, nos outros semestres houve predominância do caráter negativo das internações, já que, em linhas gerais, 39% dos quintos e 33% dos décimos, maiores índices de resposta em seus respectivos semestres, consideraram que as internações apresentavam intuítos definidos pelos autores como maléficos (no sentido de não serem positivos ou apresentarem ganhos para os pacientes). Na maioria das respostas, predominou que outras alternativas deveriam ser consideradas, sendo as internações medidas de último caso, e, mesmo assim, acompanhadas por outros profissionais. Pode-se concluir, também, que ainda há muita influência de conceitos histórica e socialmente criados há mais de um século na hora de se optar pela internação compulsória de um dito doente mental. Por um lado, existe a visão do médico, ou profissionais da saúde, em geral, como os detentores do conhecimento e os que devem ditar os caminhos do tratamento. Do outro, a “confissão” do paciente, ou a concordância deste com a internação, a justificaria, já que sua palavra seria usada como prova de que estava de acordo com os procedimentos adotados a partir dali. E a família, por sua vez, seria o terceiro elemento, cuja decisão se enquadraria numa linha tênue entre se submeter ao conhecimento médico/técnico por, talvez, falta de conhecimento sobre o assunto, e atuar pelo paciente, em caso deste, hipoteticamente, não estar em condições de tomar decisões, sem, no entanto, mudar o fato de que estaria falando por ele. Ao abordar-se a efetividade das internações, a maioria dos primeiros semestres atribui sua efetividade a um fator específico ou inconclusivo (38,23%), assim como a maioria dos décimos (50%). Entretanto, ao passo que os primeiros salientam, entre outras coisas, que os tratamentos e o empenho dos pacientes é o que vai ditar o sucesso, os décimos destacam que o tratamento posterior à internação é fundamental para que haja reincidência da internação ou não. Eles ainda apontam que, se o intuito for limpar a diferença social, as internações tendem a ser um fracasso. Para a maioria dos quintos (41,67%), a possível falta de qualificação dos profissionais e/ou a não garantia de cuidados básicos dos doentes pode prejudicar a recuperação dos pacientes, bem como a internação contra as suas vontades pode comprometer a adesão dos últimos aos tratamentos. Para a apreciação de tais dados, é preciso considerar que tais estudantes podem ter sofrido a influência de saberes advindos do

curso de licenciatura em Psicologia, oferecida em caráter optativo na universidade em questão, a partir do terceiro semestre, bem como podem não ter obtido aproveitamento total em todas as grades semestrais (adaptações ou disciplinas pendentes) ou terem se transferidos de outras universidades.

CONCLUSÃO

Diante do presente estudo, foi possível perceber que há a mudança de pensamento crítico dos alunos durante o curso, dada a disparidade entre as respostas dos primeiros semestres em relação aos quintos, e ainda mais em relação aos décimos. Considera-se, entretanto, que as universidades precisam se atentar sempre para a formação de seus estudantes, do início ao fim, visto que algumas respostas, como ser a internação compulsória um direito/dever do estado, o que daria margem para uma opressão justificada.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1515-1529, Dec. 2013.

SIMÕES, Cristiane Helena Dias; FERNANDES, Rafael Aiello; AIELLO-VAISBERG, Tania Maria José. O profissional de saúde mental na reforma psiquiátrica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 30(2), 275-282, abr./jun., 2013.

SOUSA, Patrícia Fonseca de; MACIEL, Silvana Carneiro; MEDEIROS, Katruccy Tenório; VIEIRA, Giselly Lucy Souza. Atitudes e Representações em Saúde Mental: Um Estudo com Universitários I. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 3, p. 527-538, set./dez., 2016.